

A. I. Nº -2810770004/12-0
AUTUADO -LEMOSPASSOS ALIMENTAÇÃO E TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA.
AUTUANTE -ANDRÉA FALCÃO PEIXOTO
ORIGEM -INFAZ SANTO AMARO
INTERNET -05.12.2012

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0278-02/12

EMENTA: ICMS. 1. COMERCIALIZAÇÃO DE REFEIÇÕES. REGIME DE APURAÇÃO EM FUNÇÃO DA RECEITA BRUTA. **a)** RECOLHIMENTO A MENOS. Caracterizado o recolhimento menor do que o devido. Infração mantida. **b)** FALTA DE RECOLHIMENTO. Caracterizado a falta de recolhimento. Infração mantida. 2. ACRÉSCIMOS MORATÓRIOS. FALTA DE RECOLHIMENTO. Infração caracterizada, reconhecida pelo impugnante. 3. ICMS LANÇADO E NÃO RECOLHIDO. Imposto devido declarado na DMA, reconhecido pelo autuado. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 29/06/2012, exige ICMS no valor histórico de R\$75.277,15 em razão das seguintes irregularidades:

Infração 01–Recolheu a menor ICMS referente à comercialização de refeições, apurado de acordo com o regime de apuração em função da Receita Bruta. O ICMS com valor de R\$53.426,01. Multa de 60%;

Infração 02 – Deixou de recolher no prazo regulamentar ICMS relativo à comercialização de refeições, devidamente escriturado nos livros fiscais próprios. O ICMS com valor de R\$18.763,24. Multa de 60%;

Infração 03 – Deixou de recolher os acréscimos moratórios referente ao ICMS devido, pago intempestivamente, porém espontâneo. O ICMS com valor de R\$ 35,19. Multa de 60%;

Infração 04 – Deixou de recolher ICMS no(s) prazo(s) regulamentar(es) o imposto declarado na DMA – Declaração e Apuração Mensal do ICMS. O ICMS com valor de R\$3.052,71. Multa de 50%.

O sujeito passivo, às fls. 34 a 42 dos autos, argumenta que no instituto da substituição tributária, existem duas figuras perfeitamente identificáveis: o substituto legal tributário (aquele que, por disposição legal, é obrigado ao pagamento do imposto em lugar do contribuinte) e o substituído (aquele que realizou o fato econômico indicado como propulsor da obrigação tributária, mas, por imposição de lei, cedeu seu lugar no pólo passivo a outro sujeito por ela indicado).

Ilustra sua arguição, baseando-se no mestre ALFREDO AUGUSTO BECKER:

“Existe substituto legal tributário toda vez em que o legislador escolher para sujeito passivo da relação jurídica tributária um outro qualquer indivíduo, em substituição daquele determinado indivíduo de cuja renda ou capital a hipótese de incidência é fato-signo presuntivo”.

Consigna que o instituto da “substituição tributária ocorre quando uma pessoa diversa do destinatário constitucional do tributo assume, por força de lei, a condição de sujeito passivo na relação jurídica tributária”.

Assim, afirma que nas hipóteses de substituição, o substituto tributário ocupa o lugar do contribuinte no pólo passivo da relação jurídica tributária, havendo a exclusão da responsabilidade do sujeito substituído pelo pagamento do tributo. Ao eleger o adquirente de refeições como substituto tributário (agente responsável pelo lançamento e pagamento do ICMS),

o legislador retirou do fornecedor de tais refeições do pólo passivo da relação jurídica tributária travada com o Estado, excluindo dele toda e qualquer responsabilidade pelo adimplemento tributário.

No caso dos presentes autos, a defesa afirma que a Fiscalização entendeu que a responsabilidade pelo pagamento do tributo, incidente sobre o fornecimento de refeições, seria da Autuada. No entanto, tal entendimento contraria frontalmente o art. 40, inciso I, art. 342 art. 343, inciso XVIII, e art. 379, todos do Decreto nº 6.284/1997 (RICMS/BA). Leia-se, a propósito, os citados dispositivos normativos:

“Art. 40. São sujeitos passivos por substituição as pessoas que se enquadrarem nas situações:

1 - do art. 349, nos casos de substituição tributária por diferimento;

Art. 342. A substituição tributária por diferimento diz respeito às situações em que, segundo a lei, a responsabilidade pelo pagamento do imposto incidente sobre determinada operação ou prestação efetuada no presente é transferida para o adquirente ou destinatário da mercadoria ou do bem, ou ao usuário do serviço, na condição de sujeito passivo por substituição vinculado a etapa posterior, ficando adiados o lançamento e o pagamento do tributo para o momento em que vier a ocorrer determinada operação, prestação ou evento expressamente previstos pela legislação.

Art. 343. É diferido o lançamento do ICMS incidente:

XVIII - nos fornecimentos de refeições a quaisquer estabelecimentos de contribuintes deste Estado, destinadas a consumo por parte de seus empregados, para o momento em que ocorrer a entrada no estabelecimento do adquirente;

Art. 349. A responsabilidade tributária por substituição relativa ao imposto cujo lançamento seja diferido, correspondente às operações ou prestações antecedentes, é atribuída ao contribuinte em cujo estabelecimento ocorrer a operação, evento, fato ou circunstância que encerre a fase do diferimento.”

Argumenta que ao ser eleito pela lei como agente de lançamento e pagamento do ICMS devido pela fornecedora de refeições, cabia ao adquirente – e somente a ele – toda e qualquer responsabilidade pelo lançamento e recolhimento do imposto devido.

Assegura que o lançamento e o pagamento acaso insuficientes do tributo ensejam a aplicação de sanção exclusivamente contra o substituto (adquirente), jamais alcançando a substituída (Impugnante), uma vez que esta já se encontrava alheia à relação jurídica tributária.

Assinala que esse é o entendimento consagrado por este eg. Conselho Fazendário, conforme se observa em copiosa jurisprudência administrativa:

“2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0243-02/11

EMENTA: ICMS. 1. DIFERIMENTO. REFEIÇÕES DESTINADAS A CONSUMO DOS FUNCIONÁRIOS. OPERAÇÕES DECLARADAS NOS LIVROS FISCAIS COMO NÃO TRIBUTADAS. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO DIFERIDO. É diferido o lançamento do ICMS incidente nos fornecimentos de refeições a quaisquer estabelecimentos de contribuintes deste Estado, destinadas a consumo por parte de seus empregados, para o momento em que ocorrer a entrada no estabelecimento do adquirente. Infração caracterizada. 2. DIFERENÇA DE ALÍQUOTAS. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE BENS DE CONSUMO. FALTA DE PAGAMENTO. Infração caracterizada, sendo devida a exigência fiscal, cujos valores das aquisições foram escriturados nos livros fiscais como bens de uso e consumo, e o sujeito passivo não apresentou nenhuma prova em sentido contrário. Auto de Infração PROCEDENTE. Decisão unânime.”

Consigna, em seu voto, que o ilustre Presidente/Relator da 2ª Junta de Julgamento Fiscal, JOSÉ CARLOS BACELAR, que é claro ao dispor acerca da responsabilidade por substituição do adquirente das refeições, nos termos defendidos pela Autuada. Senão vejamos:

“VOTO

Na infração 01, o contribuinte foi acusado de ter deixado de proceder o recolhimento do ICMS substituído por diferimento, relativamente a aquisição de refeições a JM Bittencourt Ltda, para fornecimento a seus funcionários, através das notas fiscais constantes às fls. 18 a 59.

A substituição tributária por diferimento diz respeito às situações em que, segundo a lei, a responsabilidade pelo pagamento do imposto incidente sobre determinada operação ou prestação efetuada no presente é transferida para o adquirente ou destinatário da mercadoria ou do bem, ou ao usuário do serviço, na condição de sujeito passivo por substituição vinculado a etapa posterior, ficando adiados o lançamento e o pagamento do tributo para o momento em que vier a ocorrer determinada operação, prestação ou evento expressamente previstos pela legislação (Art.342, do RICMS/97).

De acordo com o artigo 343, inciso XVIII, do RICMS/97, in verbis:.

Art. 343 - É diferido o lançamento do ICMS incidente:

(....)

XVIII - nos fornecimentos de refeições a quaisquer estabelecimentos de contribuintes deste Estado, destinadas a consumo por parte de seus empregados, para o momento em que ocorrer a entrada no estabelecimento do adquirente;

No presente caso, estamos diante de AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES PELO CONTRIBUINTE AUTUADO destinadas a consumo de seus funcionários, sendo alegado na defesa que está ausente o fato gerador previsto no artigo 343, acima transcrito, porque não adquire as refeições, mas sim adquire a prestação de serviços de preparo de refeições para seus funcionários.

Não acolho o argumento defensivo, pois examinando as notas fiscais que instruem a autuação verifico que o emitente JM Bittencourt Ltda é contribuinte que atua no ramo de restaurante, e constam nos documentos fiscais na descrição dos produtos que foram fornecidas refeições para o estabelecimento autuado para consumo dos funcionários.

Logo, O AUTUADO NA CONDIÇÃO DE ADQUIRENTE, NESTE CASO, É RESPONSÁVEL POR SUBSTITUIÇÃO RELATIVAMENTE AO IMPOSTO CUJO LANÇAMENTO SE ENCONTRAVA DIFERIDO. O valor lançado representa o imposto correspondente às operações antecedentes cujo lançamento se encontrava diferido, em virtude da responsabilidade que é atribuída por lei ao autuado, na qualidade de responsável tributário por substituição, por ter ocorrido em seu estabelecimento o fato que encerra a fase de diferimento.”

Afirma que sendo substituto tributário, a teor dos citados dispositivos normativos, é o adquirente das refeições que está obrigado a lançar e recolher o ICMS, na condição de substituto tributário por diferimento, excluindo-se a responsabilidade do fornecedor.

Deste modo, salienta que se pode constatar, à toda evidência, que a Impugnante não é responsável pelo pagamento dos valores de ICMS incidentes sobre as refeições que fornece, haja vista que, tratando-se de substituição tributária por diferimento, o adquirente de refeições ocuparam o lugar da Impugnante (substituída) no pólo passivo da relação jurídica tributária, havendo a exclusão da responsabilidade do sujeito substituído pelo pagamento do tributo.

Por outro lado, aduz que é cediço que na Declaração e Apuração Mensal do ICMS - DMA são informadas, em síntese, as operações e prestações realizadas em cada estabelecimento, do primeiro ao último dia do mês anterior, devendo constituir-se em resumo e exato reflexo dos

lançamentos efetuados nos livros Registro de Entradas, de Saídas e de Apuração do ICMS (art. 333, RICMS/97).

Salienta, no tocante à infração 04, que a DMA reúne todos os elementos típicos do lançamento tributário, pois o contribuinte verifica a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determina a matéria tributável, calcula o montante do tributo devido e o informa ao Fisco (art. 142 do CTN).

Argumenta que o legislador constatou que seria desnecessária a lavratura do lançamento de ofício pela autoridade administrativa quando, por meio da DMA, o próprio contribuinte declara a existência de débitos do ICMS. E, nesse espírito, a Lei nº 9.837, de 20 de dezembro de 2005, acrescentou o art. 129-A ao Código Tributário do Estado da Bahia, assim redigido:

“Art. 129-A. A declaração de obrigação tributária pelo sujeito passivo em documentos de informações econômico-fiscais previstos na legislação, ou através de denúncia espontânea inadimplida, integral ou parcialmente, importa em confissão de dívida e torna constituído o crédito tributário, sendo dispensada a emissão de notificação fiscal para sua exigência.

Parágrafo único. Na falta de recolhimento no prazo regulamentar e decorridos 30 (trinta) dias da entrega da declaração ou de sua retificação, o crédito tributário poderá ser inscrito diretamente na Dívida Ativa Tributária, acrescido da penalidade aplicável, acréscimos moratórios e demais encargos previstos na legislação.”

Portanto, assegura que a partir de janeiro de 2006, quando entrou em vigor o art. 129-A do COTEB, todo o saldo devedor de ICMS declarado em DMA passou a ser confissão de dívida e tornou constituído o crédito tributário, independentemente da lavratura de lançamento de ofício (Auto de Infração).

Entende que como se depreende do lançamento fiscal, o débito de ICMS lançado por meio da Infração 04 já havia sido constituído pela entrega da DMA antes da lavratura do auto de infração. Deste modo, o lançamento de ofício é absolutamente nulo, uma vez que:

- a) viola o princípio da legalidade – pois pretende “constituir” crédito tributário já constituído pela DMA, em contrariedade ao disposto no art. 129-A do COTEB c/c art. 142 do CTN;*
- b) viola o devido processo legal, pois o procedimento correto deveria ser a inscrição do débito em Dívida Ativa e não a instauração de um processo administrativo contencioso;*
- c) viola o princípio da economia, pois cria um processo desnecessário e ilegal custeado pelo Estado da Bahia.*

Conclui então que não há qualquer dúvida, deste modo, de que a Infração 04 em lide não possui qualquer respaldo legal, de modo que deve ser julgada nula por este eg. CONSEF.

Por fim, pede a improcedência do auto de infração.

O autuante, às fls. 57 a 61, dos autos, apresenta a informação fiscal aduzindo que o Autuado alega que a responsabilidade pelo pagamento do ICMS escriturado em seus documentos fiscais é do adquirente. Defende-se a luz do Art. 342 e do Art. 343, XVIII do Decreto nº 6.284/1997 (RICMS/BA).

Alude que, segundo a legislação do ICMS é diferido o lançamento do ICMS incidente nos fornecimentos de refeições a quaisquer estabelecimentos de contribuintes deste Estado, destinadas a consumo por parte de seus empregados, para o momento em que ocorrer a entrada no estabelecimento do adquirente (Art. 343, XVIII do Decreto nº 6.284/1997).

Assegura, contudo, que a autuada não fornece refeições a estabelecimento contribuinte deste Estado para consumo por parte de seu empregado. É fornecedor de alimentação para o programa de merenda escolar do município de São Francisco do Conde. É optante pelo regime de apuração do imposto com base na receita bruta, conforme previsto no Art. 504 do RICMS/BA.

Ressalta que, segundo a legislação, os fornecedores de refeições que optarem pelo regime de apuração do imposto com base na receita bruta, conforme previsto no Art. 504 do RICMS/BA,

sempre que fornecerem refeições a outros contribuintes, destinadas a consumo por parte de seus empregados, farão constar nas Notas Fiscais e na coluna “Observações” do Registro de Saídas a indicação “Pagamento do ICMS pelo regime de apuração em função da receita bruta”.

Abaixo transcreve o que dispõe o Art. 504 – A do Regulamento do ICMS (RICMS/BA) aprovado pelo Decreto 6.284/97, prova da existência e ocorrência dos fatos e que a autuante cobrou devidamente o tributo:

Art. 504. Os restaurantes, churrascarias, pizzarias, lanchonetes, bares, padarias, pastelarias, confeitarias, doçarias, bombonérias, sorveterias, casas de chá, lojas de “delicatessen”, serviços de “buffet”, hotéis, motéis, pousadas, fornecedores de refeições e outros serviços de alimentação poderão optar pelo pagamento do ICMS mediante o regime de apuração em função da receita bruta, observando-se, além das normas relativas aos demais contribuintes, as seguintes:

I - os contribuintes de que trata este artigo, quando optarem pelo regime de apuração mencionado no “caput”, serão inscritos no cadastro estadual na condição de contribuintes normais, atendida a respectiva codificação prevista no Anexo 3;

II - o contribuinte que pretender optar pelo tratamento previsto neste artigo deverá formalizar a sua opção, mediante solicitação de alteração cadastral;

III - só poderá adotar o regime de pagamento previsto neste artigo o estabelecimento que exercer, unicamente, atividade compreendida entre as.

especificadas no caput e que seja usuário de equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF);

IV - o cálculo do imposto a ser pago mensalmente será feito com base na aplicação de 4% sobre o valor da receita bruta do período;

V - na receita bruta mensal não serão incluídos os valores:

a) das devoluções;

b) das receitas não operacionais, assim entendidas, para os efeitos deste inciso, as decorrentes de situações alheias ao fato gerador do ICMS;

.....

VI - é vedada a utilização de quaisquer créditos fiscais por parte do contribuinte que optar pelo regime de apuração em função da receita bruta

VII - quanto à obrigação de pagar ou não a diferença de alíquotas, observar-se-á o disposto no art. 7º, IV, “b”;

VIII - as saídas de mercadorias do estabelecimento serão documentadas por Nota Fiscal com o imposto destacado normalmente, quando a operação for tributada, ou por Nota Fiscal de Venda a Consumidor ou pelos documentos que a substituem, nos casos admitidos pela legislação;

IX - ocorrendo saída de mercadoria sujeita ao regime de substituição tributária, em que o estabelecimento assuma a condição de substituto tributário, o ICMS a ser retido será calculado na forma do art. 357, sendo que o valor do imposto de responsabilidade direta do vendedor, para fins de dedução na apuração do imposto a ser retido, será calculado de acordo com o critério normal de tributação;

X - os contribuintes que optarem pelo regime de apuração em função da receita bruta estão sujeitos, apenas, à escrituração dos livros Registro de Saídas e Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências;

XI - as Notas Fiscais relativas às entradas e às saídas de mercadorias ou bens, os documentos de transporte e demais documentos necessários a.

comprovações fiscais deverão ser arquivados, em ordem cronológica, durante 5 anos, observado o disposto no art. 144;

XII - os fornecedores de refeições que optarem pelo presente regime, sempre que fornecerem refeições a outros contribuintes, destinadas a consumo por parte de seus empregados, farão constar nas Notas Fiscais e na coluna “Observações” do Registro de Saídas a indicação “Pagamento do ICMS pelo regime de apuração em função da receita bruta”, para os efeitos do inciso XVIII do art. 343;

Argumenta que, segundo o inciso IV do Art. 504 – A do RICMS/BA, o imposto a ser pago mensalmente será calculado aplicando-se o percentual de 4% (cinco por cento) sobre o valor da receita bruta mensal. Considera-se receita bruta mensal o valor das receitas auferidas, no período. O autuado emite suas notas fiscais de saída com destaque do ICMS, ou seja, oneradas pelo ICMS, portanto, o imposto cobrado no Auto de Infração é devido, a base de cálculo e a alíquota estão aplicadas corretamente, conforme previsão legal (anexas notas fiscais emitidas pelo autuado).

Entende que a alegação da autuada não tem fundamento legal, o instituto da substituição tributária não se aplica no caso em questão.

Alude que a prefeitura de São Francisco do Conde não pode ser responsabilizada pelo imposto do contribuinte optante pelo regime de apuração do imposto com base na receita bruta que fornece alimentação para o programa de merenda escolar do município.

Conclui que, deste modo, pode-se constatar a toda evidência a procedência da Infração 01 e Infração 02.

Afirma que a infração 03 não foi contestada.

No que se refere ao crédito tributário constante na Infração 04, alega que não foi constituído com a entrega da DMA, foi constituído no momento da lavratura do Auto de Infração, já que o mesmo encontrava-se sob ação fiscal. Não houve violação do princípio da legalidade.

Assegura que não há dúvida, desde modo, de que a Infração 04 possui respaldo legal.

Afirma que o ICMS é um tributo sujeito ao lançamento por homologação, ou seja, a legislação asseverou que ao contribuinte ficaria a incumbência de promover a apuração da exigência fiscal, o que inclui o cumprimento de todas as obrigações acessórias e o pagamento antecipado dos valores considerados devidos, e a autoridade administrativa expressamente a homologa, dispõe a legislação do ICMS.

Conclui por manter a exigência fiscal.

VOTO

O presente lançamento de ofício, ora impugnado, aponta quatro infrações por descumprimento de obrigação principal, já devidamente relatadas.

Quanto à infração 01, coube a acusação de que o sujeito passivo recolheu a menor ICMS referente à comercialização de refeições, determinado de acordo com o regime de apuração em função da Receita Bruta. Verifico caber razão ao autuante, na medida em que o impugnante, inclusive, não trouxe aos autos qualquer elemento que demonstre não haver o recolhimento a menos, ou que, diante dos elementos trazidos pelo autuante, a apuração do imposto realizada, pelo mesmo, está em desconformidade como o que determina o RICMS/BA, tendo em vista o demonstrativo apresentado, à fl. 06 dos autos, indicando os valores devidos, os efetivamente recolhidos e as diferenças apuradas.

Quanto à infração 02, nos fornecimentos de refeições a quaisquer estabelecimentos de contribuintes deste Estado, destinadas a consumo por parte de seus empregados, ocorre o diferimento relativo ao ICMS, para o momento em que ocorrer a entrada no estabelecimento do adquirente, conforme dispõe o art. 343, XVIII do Decreto nº 6.284/1997.

Ocorre que as operações realizadas pelo sujeito passivo, alvo da presente exigência tributária, não estavam acobertadas pelo diferimento, na medida em que as refeições não foram destinadas a estabelecimento contribuinte deste Estado para consumo por parte de seu empregado. O as

refeições foram destinadas ao programa de merenda escolar do município de São Francisco do Conde, não cabendo, portanto, o regime de substituição tributária, por diferimento, alegado pelo sujeito passivo, não havendo a sua condição de contribuinte substituído ou a sujeição passiva por substituição tributária ao adquirente.

Diante do exposto, não cabem como referência os Acórdãos arrolados pelo sujeito passivo, visto que no presente caso não cabe o deferimento.

Diante do exposto, cabe a manutenção das infrações 01 e 02.

Perante o fato de que a infração 03 não foi contestada e sua exigência atendeu ao devido processo legal, cabe a manutenção da mesma.

Verifico que em relação à infração 04, o sujeito passivo alega que seria desnecessária a lavratura do lançamento de ofício pela autoridade administrativa quando, por meio da DMA, o próprio contribuinte declara a existência de débitos do ICMS. E, nesse espírito, a Lei nº 9.837, de 20 de dezembro de 2005, acrescentou o art. 129-A ao Código Tributário do Estado da Bahia, assim redigido:

“Art. 129-A. A declaração de obrigação tributária pelo sujeito passivo em documentos de informações econômico-fiscais previstos na legislação, ou através de denúncia espontânea inadimplida, integral ou parcialmente, importa em confissão de dívida e torna constituído o crédito tributário, sendo dispensada a emissão de notificação fiscal para sua exigência.

Parágrafo único. Na falta de recolhimento no prazo regulamentar e decorridos 30 (trinta) dias da entrega da declaração ou de sua retificação, o crédito tributário poderá ser inscrito diretamente na Dívida Ativa Tributária, acrescido da penalidade aplicável, acréscimos moratórios e demais encargos previstos na legislação.”

O sujeito passivo, contudo, não chamou a atenção para o Parágrafo único do aludido artigo que faculta a inscrição direta na Dívida Ativa, acrescido da penalidade aplicável, acréscimos e demais encargos previsto na legislação, na falta de recolhimento do imposto declarado decorridos 30 dias.

Assim, verifico que não há óbice em efetuar o presente lançamento de ofício para exigir o tributo reconhecido através da aludida declaração, na medida em que o dispositivo legal acima alinhado, não impede a lavratura do presente Auto de Infração, facultando a Administração Tributária, contudo, inscrever em Dívida Ativa diretamente o Crédito Tributário, uma vez que decorreram 30 dias da declaração, acima mencionada e o sujeito passivo não efetuou o devido recolhimento tempestivo, nem solicitado o seu parcelamento.

Diante do exposto, considerando que o sujeito passivo reconhece a dívida em questão, alvo do presente lançamento de ofício, cabe a manutenção da exigência fiscal.

Diante do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **2810770004/12-0**, lavrado contra **LEMOSPASSOS ALIMENTAÇÃO E TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$75.277,15**, acrescido das multas de 50% sobre R\$3.052,71 e 60% sobre R\$72.224,44, previstas no art. 42, inciso I e inciso II, “a” e “f” da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 20 de novembro de 2012.

JOSÉ CARLOS BACELAR – PRESIDENTE

ANGELO MÁRIO DE ARAUJO PITOMBO – RELATOR

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA – JULGADOR